

### A IMPOSIÇÃO DA “FLEXIBILIDADE LEGAL” NO CASO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE: APROXIMAÇÕES

**Tamyres Tays Mendes Siqueira**

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Graduanda em Direito Pela Faculdade Estácio De Castanhal, Campus Universitário de Castanhal Bolsista (PIVIC) – [tammyrreesmendes@gmail.com](mailto:tammyrreesmendes@gmail.com)

**Robson Damasceno Da Silva**

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário de Castanhal Bolsista (PIVIC) – [robson.snm@gmail.com](mailto:robson.snm@gmail.com)

**Ivana de Oliveira Gomes e Silva**

Doutora em Geografia (UNESP), Professora Adjunto da Universidade Federal do Pará (UFPA) Campus Castanhal. E-mail: [ivanaogsilv@gmail.com](mailto:ivanaogsilv@gmail.com)

### RESUMO

O presente artigo é fruto do Projeto “Des-envolvimentos na Amazônia: Grandes Projetos e Populações Atingidas”. O estudo tem o objetivo de analisar o processo histórico do licenciamento ambiental para construção do Complexo Hidrelétrico de Belo monte e também das circunstâncias atuais que se encontram os ribeirinhos que obtiveram suas posses violadas pelo empreendimento. Além disso, o artigo se constitui de uma abordagem qualitativa e o procedimento metodológico utilizado foi a pesquisa bibliográfica, para conhecer o objeto de estudo. Outrossim, os resultados encontrados relatam que o processo de licenciamento ambiental, apesar de ter sofrido várias resistências, atendeu aos interesses do Estado que assegurou a construção da Usina Hidrelétrica, mesmo tendo esta causado múltiplos impactos socioambientais na vida da comunidade ribeirinha que até hoje se encontra em situação precária por conta da instalação da usina. Diante disso conclui-se, que as populações tradicionais há muitos anos têm seus direitos lesados por projetos de desenvolvimento que buscam apenas o acúmulo de capital, sem se importar com a comunidade local, além disso, nos dias atuais são apresentadas propostas que ameaçam ainda mais os direitos das populações tradicionais na Amazônia.

**Palavras Chave:** Legislação Ambiental. Desenvolvimentismo. Populações Tradicionais

### INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto do projeto de pesquisa intitulado “Des-envolvimentos na Amazônia: Grandes Projetos e Populações Atingidas”, que busca responder a problemática relacionada a questão, “como ocorreu o processo histórico de licenciamento da UHE de Belo Monte” e “como estão vivendo os ribeirinhos atingidos pela UHE de Belo Monte”.

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), está localizada no município de Vitória do Xingu, mesorregião sudoeste do Pará. Desde a sua idealização até sua construção, foi polêmica e compreendeu várias fases, como disputas judiciais para evitar a autorização para a realização dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA), licenciamentos,

execução das obras e funcionamento. Projeto cercado de grandes conflitos entre o Estado e as populações atingidas, principalmente quando se refere ao processo histórico do seu licenciamento, pois foi palco de grandes debates jurídicos e movimentos de resistência.

Outrossim, foram muitas idas e vindas para a aprovação da licença de construção e para a licença de operação da usina, porém, mesmo com múltiplos impactos socioambientais causados pela obra, as licenças tiveram provimento. Além disso, muitos problemas tomaram maiores proporções e as consequências socioambientais causadas pela usina são devastadoras.

A discussão a respeito de aproveitamento hidrelétrico do Rio Xingu vem desde a ditadura militar, pois é notório que a visão de exploração e a busca incessante pelo capital é algo que não é novo em nossa sociedade. Diante disso, muitos povos indígenas e populações tradicionais têm seus direitos lesados, pois o interesse pelo capital é colocado a frente dos direitos dos povos que ocupam as áreas nas quais os empreendimentos desenvolvimentistas serão executados. É diante dessa perspectiva que a UHE de Belo monte foi construída.

Com o intuito de responder à problemática, inicialmente foi abordado à temática que envolve o licenciamento ambiental e o contexto histórico da UHE de Belo Monte, por conseguinte foi investigada a situação atual vivida pelos ribeirinhos atingidos com a construção da UHE Belo Monte.

Optou-se por adotar a pesquisa qualitativa que, de acordo com Minayo *et al* (2002), “responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados (p.21, 2002)”.

Por conseguinte, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a partir na qual foram utilizados artigos, matérias e documentários para obter informações a respeito do objeto de estudo, os autores mencionados foram, Fainguelernt (2016), Araújo *et al* (2015) e Eliane Brum (2018).

## **2 LICENCIAMENTO AMBIENTAL E CONTEXTO HISTÓRICO DA UHE DE BELO MONTE**

A ditadura militar foi o momento histórico nacional em que se iniciaram os estudos a respeito do aproveitamento hidrelétrico do rio Xingu no Pará. Além disso, foi uma época que houve as grandes construções dos projetos de aproveitamento hidrelétrico no Brasil. Segundo

Bermann (2008) *apud* Fainguelernt (2016), é suma importância ressaltar que em 1973 houve o “primeiro choque” mundial do petróleo, com isso o governo passou a investir mais em outras formas e fontes de energias. Já em 1975, foi desenvolvido o programa nacional do álcool com o propósito de substituir os combustíveis fósseis e reduzir a importação de petróleo.

De acordo com Fainguelernt (2016), é de grande necessidade informar que o processo histórico do projeto de Belo Monte, intitulado em 1970 como Complexo Hidrelétrico de Altamira, tem diversos momentos em seu desenvolvimento.

Fainguelernt (2016), observa que em 1980 a empresa Camargo Corrêa, envolvida nas obras da Hidrelétrica de Tucuruí, desenvolveu um projeto intitulado “Estudos de inventário hidrelétrico da Bacia hidrográfica do Rio Xingu”, este projeto foi que expôs a UHE Belo Monte, que na época era nomeada de Kararaô, expressão que significava um grito de guerra da etnia Kayapó.

Segundo Fainguelernt (idem), em 1987 divulgou-se o Plano 2010, desenvolvido pela Eletrobrás e o Ministério de Minas e Energia (MME), esse plano propôs a construção de 165 usinas hidrelétricas, onde 40 seriam na Amazônia, como principal destaque o Rio Xingu. No ano de 1988, houve a aprovação, pelo Departamento Nacional De Águas E Energia Elétrica, do relatório final dos estudos de inventário hidrelétrico da Bacia hidrográfica do Rio Xingu, porém nesse mesmo período havia sido promulgada a constituição de 1988, a partir disso demarcação de terra indígena passou a ser assegurada pela constituição atual, assim o relatório final que antes tinha aprovação passou a ser analisado como inviável.

Ainda de acordo com a autora, diante das previsões de inundação pelas obras da UHE, calculados em aproximadamente dois milhões de hectares, que incluíam terras indígenas e ribeirinhas, os povos indígenas, ambientalistas e movimentos sociais se organizaram em oposição ao projeto, assim aconteceu o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu em Altamira (PA) em 1989.

Segundo a Funai (2009), o objetivo deste encontro foi discutir sobre as decisões tomadas sem que houvesse a participação dos povos indígenas atingidos e a respeito também sobre a construção do Complexo Hidrelétrico do Xingu. Outrossim, de acordo com Switkes & Seva *apud* Fainguelernt (2016), neste encontro a índia Tuíra, em forma de protesto a Belo Monte (Kararaô), encostou seu facão no rosto do diretor da Eletronorte. Após esse marco

histórico as discussões a respeito da Belo Monte foram cessadas temporariamente, porém foram retomados no governo FHC, que não teve fôlego suficiente para impor a obra, reaparecendo novamente no governo de Luís Inácio “Lula” da Silva (2003-2010).

De acordo com Araújo *et al* (2014), no ano de 2005 foi provido pela câmara e pelo senado o decreto legislativo nº 1.785/05, autorizando no Pará a instalação da UHE de Belo Monte, sendo os povos indígenas a população mais impactada com a implantação da hidrelétrica. Em agosto do mesmo ano a Procuradoria Geral da República entra com uma ação direta de inconstitucionalidade no STF, contra o decreto que aprova a implantação da UHE de Belo Monte.

Ainda segundo a autora Araújo *et al* (2014), somente em 2006 o licenciamento foi suspenso por liminar. Depois do período de um ano o Ministério Público Federal (MPF) entra com um pedido para anular o licenciamento ambiental, mas a justiça julga improcedente o pedido. Assim, aprovando continuidade ao licenciamento ambiental.

A autora relata que no ano de 2008 foi realizada uma reunião intitulada “Xingu Vivo Para Sempre”, na qual estiveram presente à população indígena e participantes de movimentos sociais, com o propósito de discutir os impactos causados pela hidrelétrica na Bacia do Rio Xingu, gerando desta reunião um documento que avalie e proponha um projeto de desenvolvimento para a região e que exija das autoridades o cumprimento do que foi acordado.

Segundo a autora supracitada, após vários debates judiciais o foi dado provimento a um licenciamento prévio em 2010 e a UHE de Belo Monte foi a leilão e a mesma foi vendida para a Norte Energia. Além disso, construção da usina estava previsto para o ano de 2011, porém só foram iniciadas em 2013.

Segundo informações da Norte Energia a Belo Monte, no ano de 2014 a obra estava com 70% das suas construções finalizadas. Porém, em 2015, a empresa não tinha adquirido a licença de operação. Diante disso, a Norte Energia fez um pedido da licença de operação, mas o Movimento Xingu Vivos Para Sempre mobilizou simpatizantes para apoiarem um abaixo-assinado pela internet com o intuito de que o IBAMA não fornecesse a última licença para Belo Monte.



De acordo com Fainguelern (2016), os principais motivos da existência do movimento é que os movimentos sociais articulados desde 1989, não aceitavam a construção da UHE Belo Monte, além disso, várias populações ainda moravam em áreas de alagamentos e não haviam ainda sido indenizados e nem reassentadas, além disso, o projeto de saneamento básico em Altamira não ter sido terminado e o esgoto esta sendo despejado no rio Xingu. É notório que as por meio das propostas feitas pela Norte Energia não há uma forma que permita que os atingidos possam manter seu modo de vida e ter dignidade na situação de reassentamento. Ainda com muitas propostas não cumpridas pela Norte Energia, no ano de 2016 a Licença de Operação foi expedida pelo IBAMA.

### **3 SITUAÇÃO ATUAL VIVIDA PELOS RIBEIRINHOS ATINGIDOS COM A CONSTRUÇÃO DE BELO MONTE**

Após o seu licenciamento no ano de 2016, a Usina Hidrelétrica De Belo Monte ganhou destaque pelo grande número de debates e conflitos relacionados à política, economia e contexto socioambiental. Além disso, a usina supramencionada é uma temática que ao mesmo tempo em que não é nova, faz surgir novos debates e conflitos atuais relacionados à mesma.

Eliane Brum (2018) narra a situação atual dos ribeirinhos que foram retirados violentamente dos seus domicílios para a construção da UHE de Belo Monte, além disso, os mesmos nunca foram identificados pelo estado e a Norte Energia como parte daquele lugar. Outrossim, é relatado pela documentarista que cerca de 40 mil pessoas que moravam próximas a área de construção da usina, foram expulsas ou obrigadas a assinar um documento que acaba lesando os seus direitos sobre aquela terra.

De acordo com a documentarista supramencionada, uma parte das pessoas que tiveram suas posses violadas recebeu indenização, cartas de créditos ou foram reassentadas, porém há os que não receberam absolutamente nada e até hoje recorrem na justiça pelos seus direitos. Além disso, Eliane Brum (2018) narra que as famílias que foram designadas para Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC's), construídas pela Norte Energia no meio urbano, se tornou uma parte periférica de Altamira, submetidas a uma distância maior do centro da cidade e do Rio Xingu, prejudicando as rotinas e modos de vida de moradores urbanos e ribeirinhos. Outrossim, segundo a documentarista essas casas do reassentamento

estão se deteriorando rapidamente, pelo fato de ter se utilizado material de pouca qualidade para sua construção.

Eliane Brum relata também que os ribeirinhos realizaram movimentos de resistências, pois se negavam a morar em locais periféricos de forma precária, pois os mesmos têm seus direitos assegurados por lei, de viver de acordo com seu modo de vida. Além disso, a documentarista narra que no início do ano de 2018 o Conselho Ribeirinho realizou uma reivindicação exigindo a construção de moradia para famílias ribeirinhos no Rio Xingu, assim, enquanto aguardavam a decisão para o seu pedido o conselho conseguiu, por meio de pressão e negociações, que a Norte Energia pagasse um valor mensal para garantir a sobrevivência dos ribeirinhos.

### 4 RESULTADOS

Os resultados obtidos no estudo relatam que a UHE de Belo monte começou a ser pensada no século XX, porém somente no século XXI, no governo do Luís Inácio “Lula” da Silva, a mesma ganhou impulso novamente, pois foi esse momento que a legislação ambiental e os direitos dos povos tradicionais localizados na região do Rio Xingu, foram desrespeitados, pois o foco do governo era apenas conseguir a autorização para a construção do complexo hidrelétrico de Belo monte. De acordo com Moran *apud* Fainguelernt (2016):

No que diz respeito à construção de grandes hidrelétricas na região, existe uma repetição de um mesmo padrão de política pública, que desrespeita a legislação ambiental brasileira e os direitos das populações tradicionais atingidas pela obra, que na maioria das vezes, são consideradas “entraves” ao desenvolvimento econômico. O lugar da Amazônia no desenvolvimento do país implica na garantia de direitos dos povos e na proteção ambiental. No entanto, um dos maiores desafios ainda presentes na região se relaciona à consideração dos conhecimentos e do bem-estar dos povos amazônicos. (p.259, 2016)

Além disso, no decorrer do processo histórico de licenciamento da construção da usina todas as problemáticas socioambientais sempre estiveram presentes. Porém, com todos os danos já causados e mesmo o governo sabendo dos impactos socioambientais que surgiriam com a aprovação do licenciamento de operação da UHE de Belo Monte, o mesmo foi provido no ano de 2016. Segundo Fainguelernt (2016):

Cabe ressaltar o protagonismo da atuação do Ministério Público Federal que há anos vem promovendo além das ações civis públicas, uma reflexão mais profunda sobre o processo. No final de 2015, lançaram um relatório de inspeção nas áreas ribeirinhas atingidas com considerações que merecem destaque, como:

(1) As premissas do PBA estão sendo descumpridas no processo de remoção compulsória dos ribeirinhos atingidos; (2) Verifica-se um descompasso entre a velocidade que a empresa Norte Energia impôs ao processo de remoção compulsória com vistas à obtenção da licença de Operação da UHE Belo Monte e as medidas que deveriam ser adotadas para que os ribeirinhos detenham condições de suportar esse processo sem riscos a sua sobrevivência física e cultural; (3) Grupos ribeirinhos que, embora seja expressão de um modo de vida tradicional, que é marca reconhecida da região Norte, foram invisíveis ao processo de licenciamento e hoje não encontram nesse processo soluções que sejam adequadas à sua peculiaridade; (4) Não se verificou nas propostas que estão sendo ofertadas pela Norte Energia, alguma que permita que os atingidos visualizem uma condição futura capaz de manter seu modo de vida; (5) Os ribeirinhos estão sendo coagidos a aceitar a indenização. (p.259, 2016)

Diante disso, as consequências negativas da Belo Monte estão presentes até hoje, como por exemplo, os ribeirinhos que foram retirados de suas residências pela Norte Energia, para a construção do complexo hidrelétrico Belo de Monte, perderam seu modo de vida, alguns ainda foram reassentados pela concessionária em um lugar intitulado como Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC's), localizados em Altamira, porém os ribeirinhos habitam em áreas periféricas, na zona urbana, de forma precária e convivem com violência e criminalidade constante. De acordo com Moran *apud* Fainguelernt (2016):

Segundo o resgate histórico, independentemente do distinto contexto em que estava inserido, seja no momento de elaboração (1975) ou de retomada do projeto (2001), o polêmico processo de licenciamento ambiental em questão repercutiu diretamente sobre a garantia de direitos das populações atingidas pelo empreendimento. Atualmente, se faz necessário coordenar obras e ações com a população local, de forma a tentar minimizar impactos sociais e ambientais e reverter a situação caótica da cidade de Altamira, que encontra-se, após um processo de aumento populacional e deslocamentos compulsórios, com maiores índices de criminalidade, prostituição e condições precárias de saúde. (p.260, 2016)

A UHE Belo Monte além de retirar a população do seu lugar, removeu o modo de vida, a cultura, os direitos e a identidade dos povos tradicionais. Os indígenas e os povos tradicionais são comunidades que suplicam por justiça socioambiental.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos as populações tradicionais tiveram seus direitos ignorados inúmeras vezes para beneficiar os grandes empreendimentos capitalistas. Na atualidade, Terras Indígenas e Áreas de Quilombos estão sofrendo ainda mais ameaças, visto que, o candidato mais votado no primeiro turno da eleição 2018 para a presidência da república, ameaça retirar as áreas legalmente protegidas da posse das populações tradicionais, para a geração de bens comerciais, seja de exploração mineral, madeireira ou do agronegócio.

Nesse sentido, a educação, assim como o meio ambiente equilibrado, é não apenas um direito fundamental, mas uma garantia de um futuro, pois é por meio dela que conseguimos nosso desenvolvimento biológico, social e cultural, pelo fato da educação ser um instrumento de emancipação. Assim de acordo com Jesus *et al* (2010), “A educação será para além de um meio de emancipação intelectual, mas também um meio de emancipação social (p.4, 2010)”. Nesse sentido, a pesquisa das problemáticas regionais propicia uma formação crítica aos estudantes, nos diferentes níveis de ensino, visto que a cidadania só será realizada mediante os conhecimentos que os indivíduos constroem a partir da realidade. Ao articular conhecimentos históricos, geográficos, antropológicos, sociológicos, biológicos, a pesquisa propicia um exercício interdisciplinar importante e necessário aos acadêmicos envolvidos na pesquisa.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Mayara; PINTO, Karina; MENDES, Flávio. **A Usina de Belo Monte e os Impactos nas Terras Indígenas**. Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas, Macapá, n. 6, p. 43-51, 2014.

FAINGUELERNT, Maíra. **A Trajetória Histórica do Processo de Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte**. In: Ambiente & Sociedade, São Paulo v. XIX, n. 2 n p. 247-266 n abr.-jun. 2016.

MINAYO, Maria et al. **Pesquisa Social: Teoria Método e Criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: editora vozes, 2002.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. Barragens e Desenvolvimento: um novo modelo para tomada de decisões. In : SEVÁ FILHO, A. Osvaldo. **Tenotã- Mõ**: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network, 2005.

BRUM, Eliane. **Vidas Barradas de Belo Monte**. Disponível em: <https://www.uol/noticias/especiais/vidas-barradas-de-belo-monte.htm#tematico-1>. acesso em: 15 de setembro de 2018.

JESUS, Anabela. **O Mestre Ignorante**. Disponível em: <http://edrev.asu.edu/reviews/revp75>. Acesso em: 26 de setembro de 2018.